

***Presidência da República***

***Casa Civil***

***Assessoria para a Comunicação Social***

***Discurso de Sua Excelência o Presidente da República por ocasião da abertura do ano judicial***

***8/04/2013***

**Ao reunirmo-nos, mais uma vez, nesta sala, para a cerimónia de abertura do ano judicial quero começar por me dirigir, especialmente, a todos os operadores judiciários, Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados, Solicitadores, Oficiais de justiça e demais funcionários que se dedicam, diariamente, à realização da Justiça, um dos pilares fundamentais de qualquer Estado de Direito Democrático e um direito fundamental dos cidadãos.**

**Nunca é demais sublinhar as dificuldades e os constrangimentos que num país com o grau de desenvolvimento económico, politico e social como o nosso, tornam ainda mais espinhosas as tarefas que levam a cabo ao serviço de uma justiça que se quer cada vez mais justa ao serviço dos cidadãos.**

**Não sendo fácil, em condições normais, o exercício das vossas funções devido à crescente complexidade que a aplicação do direito assume nas sociedades modernas, extremamente mediatizadas e em constante mudança, mais difícil se torna num clima de desconfiança permanente e generalizado que a todos, sem distinção atinge, independentemente do mérito, esforço e dedicação que, estou certo, muitos dispensam a este sector fundamental para os cidadãos e para o país.**

**Não podia, por isso, deixar, logo no inicio desta minha intervenção, uma palavra de ânimo e também de motivação para todos os que, fiéis aos princípios éticos que devem permanentemente nortear o exercício das nobres funções que desempenham, dão diariamente o seu melhor para que se faça justiça, em tempo útil, e, desta forma encorajá-los a prosseguirem o combate, que é de todos, pela consolidação do estado de direito e da democracia em São Tomé e Príncipe.**

**Gostaria ainda de transmitir um forte encorajamento a todos os que, apesar de todas as adversidades, continuam, como eu, a acreditar que é possível mudar este estado de coisas e que escolheram dar o seu contributo a essa mudança indispensável à credibilização do sistema, através do trabalho rigoroso, honesto e com a integridade que se exige a todos os que têm a responsabilidade de aplicar o direito tendo como, único e exclusivo, objectivo realizar a justiça.**

**As pessoas serão sempre o factor decisivo em qualquer mudança pelo que quero deixar aqui, um claro apelo aos operadores judiciários e à comunidade jurídica em geral para que assumam, em pleno, as suas responsabilidades e contribuam para, de uma vez por todas, vencer a inércia que tem adiado a implementação das medidas que ponham um ponto final nas disfunções e na ineficácia do sistema que tanto alarme social têm gerado.**

**Acredito, por isso, na valorização dos bons exemplos existentes, premiando o mérito através, nomeadamente, da avaliação de desempenho que urge implementar em todas as funções do Estado, sem crispação e com espírito de diálogo, como instrumento fundamental para separar o trigo do joio e dessa forma dar, finalmente, os passos indispensáveis para concretizar, gradualmente e em segurança, a tão reclamada reforma da justiça.**

**Uma reforma que permita restaurar a confiança dos cidadãos no sistema, a sua credibilidade interna e externa, transformando, no mais curto espaço de tempo possível, a justiça numa locomotiva de desenvolvimento, de progresso económico, na construção de uma sociedade mais equitativa, com menos desigualdades sociais e no combate sem tréguas à corrupção, e num dos instrumentos da luta contra a pobreza, que, como repetidamente tenho afirmado, é a grande causa nacional que a todos deve unir.**

**Recordo, a este propósito o que afirmei, na cerimónia aqui realizada em 2012:**

**- “Da eficácia, transparência e credibilidade do nosso sistema de justiça depende, em grande parte, a relação de confiança entre os cidadãos e o Estado, e é nessa relação de confiança que terá forçosamente de se fundar a resolução dos principais estrangulamentos ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.**

**Quando se questiona permanentemente a credibilidade, a transparência e, sobretudo, o eficaz funcionamento do nosso sistema de justiça fica irremediavelmente comprometida a relação de confiança entre os cidadãos em geral e o Estado; fica em crise o rigor e a segurança do comércio jurídico para os diversos agentes económicos, tudo com impacto profundamente negativo na confiança dos investidores e parceiros internacionais em São Tomé e Príncipe.”**

**Um ano depois, o que afirmei então continua actual o que, permitam que lhes diga, deve ser motivo, não só de reflexão, mas sobretudo de impulso para agir porque o povo e a sociedade em geral, terão uma cada vez maior dificuldade para compreender e aceitar que, ano após ano, somados mais alguns discursos, o país, no que respeita ao sector da justiça, e não só, se encontre, mais uma vez, exactamente na mesma situação.**

**Esta cerimónia de abertura do ano judicial, pela solenidade que encerra, tem que ser uma cerimónia produtiva, com consequências concretas sindicáveis pelos cidadãos, sob pena de se transformar, ano após ano, num mero ritual sem qualquer conteúdo, fechada sobre si mesma perante uma cada vez maior e perigosa indiferença da sociedade.**

**Embora o diagnóstico sobre a situação e os problemas do sector devam ser permanentemente actualizados, o que lhes proponho hoje nesta cerimónia é outra reflexão, que a todos deve preocupar, e que incide, sobretudo, sobre as causas desta lentidão na concretização da tão esperada reforma da justiça, apesar da unanimidade à volta da sua necessidade.**

**O sector da justiça, assim como outros sectores-chave, pelo seu carácter estruturante com impacto na economia, na sociedade e no desenvolvimento, tem que estar acima de conjunturas, pressões políticas ou qualquer outro tipo de vicissitudes de carácter económico ou social.**

**São sectores que em São Tomé e Príncipe, devidamente organizados e estruturados, são alavancas indispensáveis para o país dar o salto qualitativo, tantas vezes adiado, que lhe permita vencer o ciclo da pobreza e da dependência do exterior.**

**É por isso imperioso e o interesse nacional assim o exige, que, nestes sectores estruturantes, como é o da justiça, se procurem alcançar, através de um diálogo permanente e o mais abrangente possível, consensos sobre objectivos que permitam, independentemente de quem está no governo, na oposição, de interesses corporativos ou de outra espécie, a implementação de um núcleo fundamental de medidas que evitem a estagnação e o eterno adiar da resolução dos problemas.**

**A instabilidade política não pode continuar a ser, nem um álibi permanente, nem um travão constante ao desenvolvimento do país, nem um motivo para que o futuro continue a ser adiado.**

**O diálogo deve ser o mais inclusivo possível mas também não pode ser motivo para que o país se torne refém dos que, por esta ou aquela razão, se excluem dessa urgente busca dos indispensáveis consensos que a situação exige.**

**É necessário que, para isso, todos, com sentido de estado e responsabilidade, se empenhem solidariamente nos objectivos consensualmente traçados permitindo ao país, na alternância própria do regime democrático multipartidário em que fomos pioneiros, implementar as indispensáveis reformas de que carece rumo ao desenvolvimento sustentável.**

**Julgo que, através desta reflexão e da necessária e urgente mudança de comportamentos, estaremos em melhores condições para falar menos e agir mais, aceitando que as reformas não são contra ninguém nem o resultado de guerras artificiais entre pessoas, porque quando o país ganha todos ganham.**

**É necessário, por outro lado, saber valorizar os progressos alcançados como foram no plano legislativo, por exemplo, a entrada em vigor do novo Código Penal, da lei da droga e da lei de acesso ao direito e à justiça.**

**As reformas estruturais, em que o sistema judiciário pode e deve tornar-se um exemplo de superação de divergências, são o único instrumento para que São Tomé e Príncipe esteja em condições de vencer os desafios da crise económica internacional e alcançar o desenvolvimento sustentável ao serviço da melhoria das condições de vida do seu povo.**

**Senhoras e senhores**

**A reforma da justiça não se faz de um dia para o outro. Seria uma ilusão julgar que é possível mudar em poucos meses uma situação que se arrasta há longos anos.**

**É preciso ter em conta também os condicionalismos, quer da situação económica do país, quer da crise financeira internacional que continua a persistir.**

**No entanto, é possível, em cooperação com os nossos parceiros e com os instrumentos ao nosso dispor nas organizações internacionais de que fazemos parte, nomeadamente no âmbito da CPLP, iniciar um processo reformista, quer no plano institucional quer na modernização do quadro legal que coloque ao dispor dos operadores judiciários as condições e os instrumentos necessários para aumentar a sua eficácia no combate à criminalidade.**

**Uma reforma que o país reclama há muito, e que permitirá importantes ganhos a nível da sua imagem externa.**

**São Tomé e Príncipe, precisa de um sistema judiciário, ao serviço do seu desenvolvimento e que transmita segurança e confiança aos cidadãos e agentes económicos nacionais e estrangeiros.**

**Um sistema moderno preparado para compatibilizar o tempo das decisões judiciais com a comunicação em tempo quase real dos nossos dias, sem perder de vista que o ritmo da justiça é diferente da comunicação social mas que é através desta que os cidadãos podem escrutinar o seu funcionamento.**

**Um sistema que esteja em condições de proporcionar a formação permanente e aperfeiçoamento de cada um dos seus agentes de modo a que estes estejam motivados para o exercício das suas funções.**

**Um sistema que facilite o acesso à justiça independentemente da condição económica de cada cidadão.**

**Um sistema eficaz no combate à corrupção, dotado de meios necessários, nomeadamente ao nível da polícia de investigação criminal, para produzir resultados que promovam uma cada vez maior transparência na administração pública.**

**Um sistema que torne cada vez mais célere a justiça evitando o acumular de processos pendentes.**

**Um sistema mais transparente e aberto à prestação de contas aos cidadãos.**

**Um sistema capaz de dignificar os que nele servem a causa da justiça e, através desta, o país e o superior interesse nacional.**

**Um sistema que, sem margem para dúvidas, assuma o papel primordial de garantia da legalidade e dos direitos e liberdades individuais.**

**Senhoras e Senhores**

**Permitam-me, antes de concluir, que me dirija especialmente ao Senhor Procurador Geral da República recentemente empossado no cargo a quem desejo, publicamente, sinceros votos de sucesso no exercício das suas novas funções.**

**Estou plenamente convencido que saberá desempenhar o mais alto cargo da hierarquia do Ministério Público com o rigor, a determinação e o sentido de responsabilidade, indispensáveis perante a situação difícil por que passa actualmente esta instituição.**

**As dificuldades verificadas no actual sistema de justiça evidenciam que o desenvolvimento económico-social e político de País bem como a segurança de pessoas e bens e a própria qualidade da democracia encontram-se indissociavelmente ligados a uma Justiça que funcione de forma satisfatória.**

**Como é do conhecimento de todos, o nosso País vive uma situação económica difícil que se reflecte, directa ou indirectamente, na justiça.**

**As carências económicas são imensas e as situações de exclusão têm reflexos no aumento da criminalidade sobre pessoas e bens que é preciso combater energicamente.**

**Para isso é preciso que o Ministério Público esteja preparado para desempenhar o papel que lhe cabe nesse combate que se advinha difícil.**

**Senhoras e Senhores**

**O país precisa de contar com o especial contributo de todos os operadores judiciários num espírito de cooperação que permita ultrapassar todas as resistências à mudança.**

**Estou certo que com a dedicação, o profissionalismo e, sobretudo, o espirito de missão de todos os que servem a Justiça será possível cumprir o verdadeiro imperativo nacional que é esta causa de uma justiça ao serviço dos cidadãos, de uma sociedade mais livre e mais justa.**

**Declaro aberto o ano judicial, desejando a todos um bom trabalho no cumprimento das respectivas missões.**

**Muito obrigado pela vossa atenção.**